

O PAPEL DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO NO COTIDIANO ESCOLAR

CAMARGO, Aline Gomes Madeiro¹
ELIAS, Lucimara de Oliveira Alves²
GOMES, Thalita Pestana³
MONTEIRO, Mara Rubia⁴

RESUMO

O presente estudo é realizado a fim de promover reflexões acerca da importância do papel da formação docente para que os processos de inclusão de alunos no ensino regular se efetive, de fato na prática cotidiana das instituições de ensino. O universo educacional vem conquistando grandes avanços ao longo dos tempos e quebrando velhos paradigmas enraizados no sistema de ensino tradicional, onde as escolas segregavam os alunos e ofereciam educação de qualidade apenas para alunos considerados dentro dos padrões da normalidade. Barreiras foram superadas e com isso alunos que apresentam alguma especificidade e que antes permaneciam nas margens dos processos de ensino agora contam com o amparo de leis que asseguram seus direitos a ingressar e permanecer nas instituições de ensino "comuns", tendo os mesmos direitos a desfrutar da mesma aprendizagem significativa equiparando-se a educação que é ofertada aos alunos do ensino regular. É oportuno ressaltar o que diz a Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional LDB-9394/96 em seu capítulo V, Art 58: "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais". Já em seu Art 59 a referida lei ainda revela que: " Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades". Considerando os artigos do capítulo da LDB sobre Educação Especial supracitados, a pesquisa objetiva fomentar reflexões acerca da importância do papel da formação docente para a efetivação da inclusão no cotidiano escolar, levando-se em conta que a

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade UniOpet. E-mail: japinha2708@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade UniOpet. E-mail: luciano.rubronegro@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade UniOpet. E-mail: thalitapestanagomes@hotmail.com

⁴ Doutora em Sociologia pela UFPR, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sociologia pela Universidade Federal do Pará.

demanda dos processos de inclusão no ensino regular vem aumentando notoriamente, compreende-se que a formação continuada fornecerá aos docentes as competências necessárias para atuar e desenvolver um trabalho frente a diversidade cada vez mais presente no ensino regular, de modo a que possa vir a colaborar para que os processos de inclusão se efetivem dentro das instituições escolares e que o aluno seja de fato incluído e não apenas integrado ao sistema apenas para se socializar com os colegas, sendo visto meramente como mais um número em sala de aula.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Ensino regular. Formação continuada.

ABSTRACT

This study is conducted in order to promote reflections on the importance of the role of teacher education so that the processes of inclusion of students in regular education are actually effective in the daily practice of educational institutions. The educational universe has been making great strides over time and breaking old paradigms rooted in the traditional education system, where schools segregated students and offered quality education only to students considered to be within the normal range. Barriers have been overcome and thus students who have some specificity and who previously remained on the margins of the teaching process now have the protection of laws that ensure their rights to join and remain in "common" educational institutions, having the same rights to enjoy of the same meaningful learning equating to the education that is offered to the regular students. It is appropriate to emphasize what says the Law of Guidelines and Bases of the National Education LDB-9394/96 in its chapter V, Art 58: "Special education is meant, for the purposes of this Law, the type of school education, offered preferentially. in the regular school system for students with special needs ". Already in its article 59 the referred law also reveals that: "The education systems will assure to the students with special needs: - specific curricula, methods, techniques, educational resources and organization, to attend to their needs". Considering the articles of the LDB chapter on Special Education mentioned above, the research aims to foster reflections on the importance of the role of teacher education for the realization of inclusion in school daily life, considering that the demand for inclusion processes in regular education comes Noticeably increasing, it is understood that continuing education will provide teachers with the necessary skills to work and develop work in face of the diversity increasingly present in mainstream education, so that it can collaborate so that the processes of inclusion take place within that the student is actually included and not just integrated into the system just to socialize with peers, being seen merely as another number in the classroom.

Key words: Inclusive education. Regular education. Continuing education

METODOLOGIA

A presente pesquisa origina-se do trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo de natureza exploratória considerando-se sua relevante importância dentro do meio acadêmico.

A pesquisa é orientada pela abordagem qualitativa, tendo em vista que considera a realidade pesquisada, averiguando e analisando os dados levantados.

A intenção de investigar o papel da formação docente para a efetivação da inclusão no cotidiano escolar, surgiu da necessidade conscientizar os professores a respeito da importância da sua formação para que possa trabalhar frente aos processos de inclusão, considerando que o número de alunos da educação especial vem aumentando significativamente na rede regular de ensino. Acredita-se que somente com aperfeiçoamento constante, o docente pode contribuir para que a inclusão se concretize e que este alunado de fato seja incluído ao sistema de ensino comum e não apenas integrado com fins de socialização.

Para esta realização, foi aplicado 01 questionário estruturado com perguntas abertas a serem respondidas pelos docentes de um CMEI pertencente ao Município de Curitiba, a fim de levantar informações que respondessem ao problema levantado com o estudo e aos objetivos propostos. Foram respondidas questões referente a formação dos professores, bem como se encontram-se aptos a desenvolver metodologias que favoreçam a inclusão, se já trabalharam com este público alvo em algum momento de sua trajetória enquanto docente e se as formações ofertadas pela rede municipal de Curitiba no que tange a inclusão contribuem de alguma forma em seu cotidiano.

Também foi observado o ambiente escolar da unidade educacional por meio da observação sistemática, onde seguindo um roteiro pré-elaborado foi possível identificar se o espaço físico está adequado para receber crianças advindas dos processos de inclusão, se existe a presença do profissional de apoio habilitado para dar suporte as necessidades das crianças que estão sendo incluídas e ainda se estão sendo empregadas práticas pedagógicas e

metodologias de modo a propiciar que os alunos de inclusão tenham acesso a um aprendizado de fato significativo.

UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA

A história da inclusão foi marcada por uma forte rejeição, preconceito e discriminação. As crianças que por ventura nascessem com má constituição ou com alguma deficiência eram motivo de vergonha sendo sacrificadas ou escondidas pela família.

No Brasil a defesa da inclusão educacional de alunos com deficiência no ensino regular tomou maior proporção no final do século XX, influenciada pela Declaração de Salamanca - documento resultante da Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994 na Espanha, que reconhece a necessidade e a urgência de se promover a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, no sistema regular de ensino.

O cenário educacional evoluiu, passando por significativas transformações ao longo dos anos, direitos foram gradativamente adquiridos e atualmente aqueles cidadãos que antes permaneciam as margens dos processos educativos passam a frequentar o ensino destinado a todos os estudantes, independente de sua condição física, psíquica ou cognitiva. Sob esta ótica Mantoan nos evidencia que:

Um novo paradigma do conhecimento está surgindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes outrora isolados e partidos e dos encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social, o cultural (MANTOAN, 2003 p. 12)

Amparados pela legislação, alunos que apresentam algum grau de deficiência passaram a integrar o público do ensino regular, gerando o aumento do número da demanda do alunado da educação especial por meio dos processos de inclusão.

Considerando que a educação é entendida como um direito de todos, existe a probabilidade que as salas de aula passem a contemplar frequentemente grande diversidade de alunos. Assim sendo, a educação com

vistas a inclusão pode ser o melhor caminho para abranger e promover a diversidade, pois a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. Mantoan afirma ser importante que:

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos (MANTOAN, 2003, p. 12).

Todavia, embora seja um assunto muito difundido, a inclusão ainda é considerada como uma inovação, e como toda novidade, muitas vezes gera polêmica e insegurança nos mais diferentes segmentos educacionais e sociais.

É importante que escola e comunidade escolar como um todo estejam preparados para acolher e assegurar aos alunos advindos dos processos de inclusão sejam de fato incluídos ao ensino regular e não apenas integrados ao sistema educacional comum para atender ao cumprimento de uma exigência legal. Mantoan esclarece que:

[...] a integração traz consigo e idéia de que a pessoa com deficiência deve modificar-se segundo os padrões vigentes na sociedade, para que possa fazer parte dela de maneira produtiva e, conseqüentemente, ser aceita. Já a inclusão traz o conceito de que é preciso haver modificações na sociedade para que esta seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, entrando assim em um processo de constante dinamismo político social [...] (MANTOAN, 1997, p. 235).

A partir das palavras de Mantoan, entende-se que na integração, o aluno deve adaptar-se à escola para dela fazer parte, já na inclusão, a escola adapta-se ao aluno promovendo as mudanças necessárias para garantir-lhe o aprendizado.

É imprescindível ressaltar que se a unidade educacional não apresentar instalações adequadas e se o corpo docente não buscar o aperfeiçoamento necessário para atuar frente aos processos de inclusão, tais alunos correm sério risco de não terem suas especificidades educacionais respeitadas, acarretando em uma aprendizagem defasada e que não supra suas reais necessidades, os alunos de inclusão serão apenas mais um número em sala de aula. Neste sentido Mantoan (2003 p. 13) revela que: "A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a

ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar". Compreende-se que para que a inclusão seja de fato efetivada o professor deve buscar metodologias capazes de envolver os alunos e estimulá-los, por meio de uma aprendizagem significativa sem jamais generalizar o modo de aprender de cada um, estipulando padrões a serem alcançados por todos os estudantes.

De acordo com Magalhães (2003, p. 70): "para que esta prática se consolide, é preciso modificar a concepção de ensinar e aprender, buscando metodologias que fomentem o respeito às diversidades". Sendo assim, faz-se necessário por parte dos docentes que busquem novas formas que auxiliem e favoreçam a efetivação da inclusão educacional, quebrando velhos paradigmas que envolvem os alunos com necessidades educacionais especiais, os quais privilegiam o erro e as dificuldades e não as diferentes capacidades e possibilidades que a diversidade pressupõe.

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para que se possa pensar na escola como um espaço inclusivo, é preciso mais do que a transposição de barreiras estruturais ou adequações curriculares, é preciso que haja conscientização e mudança de atitudes por parte dos envolvidos diretamente com o processo educativo, neste caso, particularmente, dos educadores. Segundo Mantoan:

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (1997, p.142).

A postura dos profissionais da educação frente à inclusão é fator relevante no processo, uma vez que é ele que instrumentaliza a prática educativa em sala de aula, sendo o mediador para que o conhecimento do aluno e o conhecimento formal se tornem possíveis. Deste modo pode-se dizer que o docente é o facilitador, aquele que busca estratégias para que o conhecimento formal se torne acessível aos alunos, de forma que possa ser absorvido significativamente.

Cabe aos docentes então, averiguar quais alunos apresentam necessidades especiais, que necessidades são essas e, principalmente como supri-las, oferecendo recursos e atendimentos que tragam contribuições para a evolução pessoal, social e acadêmica destes alunos.

O professor que acredita na inclusão não teme viver a diversidade em sala de aula. Para tanto, é necessário que os docentes lancem mão de todo e qualquer preconceito relacionado à capacidade de aprendizagem de todos os alunos, abandonando a visão estereotipada do aluno padrão, tendo por base o princípio básico do direito de todos à educação. Deve-se buscar ações e estratégias que materializem a inclusão no cotidiano escolar, para que segundo Ferreira e Ferreira (2007, p.39): “possam ressignificar as pessoas com deficiência, não apenas alterando os rótulos com os quais caracterizam as suas identidades, mas ressignificando o ‘outro’ no fazer pedagógico”.

É preciso que o professor entenda o verdadeiro significado de uma escola inclusiva, ou seja, uma escola que objetive a garantia de sucesso a todos os alunos sem exceção, sejam eles com necessidades educacionais especiais ou não. Da mesma forma, esse professor deve considerar que cada aluno é um ser único e tem sua especificidade, são diferentes uns dos outros e desenvolvem diferentes meios de aprender.

A inclusão responsável chama ainda a atenção sobre a necessidade de atender o maior número possível de alunos na escola regular, nas classes comuns, numa alusão ao encaminhamento indiscriminado de alunos às classes especiais e escolas especializadas. Sendo assim, é imprescindível que se olhe de forma particular e urgente para a formação de professores, não apenas do ponto de vista acadêmico/formal, mas, principalmente sob a ótica da formação continuada, uma vez que são os profissionais atuantes que enfrentam as situações de inclusão/exclusão no cotidiano das escolas. Neste sentido Prieto bem nos fala:

No âmbito da formação de profissionais já engajados em sistemas de ensino, é preciso ultrapassar o que vem sido promovido, ou seja, a realização de encontros formativos que se encerram na mera defesa da educação como direito de todos, ou que informam os princípios filosóficos e políticos da inclusão escolar e suas prerrogativas legais. É preciso promover a sua continuidade, com aprofundamento das reflexões e da formulação de proposições para construir alternativas de escolarização para todos. (PRIETO, 2006, p. 103).

Confirma-se, desta forma, a necessidade premente de capacitação em serviço como prática cotidiana a fim de favorecer a efetivação dos processos de inclusão escolar.

A PESQUISA DE CAMPO

A primeira fase da presente investigação foi a realização de um estudo bibliográfico buscando autores que dialogavam com a temática estudada. Na segunda etapa buscou-se o trabalho *in loco*, objetivando-se a coleta de informações que respondessem ao problema levantado e aos objetivos.

O CMEI pesquisado e observado é uma unidade pequena, atendendo cerca de 65 crianças em três (03) turmas, assim sendo o número de profissionais que lá trabalham é pequeno, ao todo são 9 professoras de educação infantil para desenvolver o trabalho pedagógico com as crianças, sendo que todas aceitaram participar e contribuir com o estudo.

Todas as pessoas entrevistadas todas são do sexo feminino. 2 participantes revelaram possuir apenas o Magistério, 7 possuem o curso superior completo (Pedagogia), sendo que dentre estas apenas 1, possui curso de pós-graduação e/ou especialização na área de educação inclusiva. O tempo de atuação dos entrevistados na educação varia de 5 a 24 anos.

Observou-se que 100% das docentes têm consciência acerca da importância da formação docente para que seja desenvolvido um bom trabalho frente a inclusão, porém em igual proporção os sujeitos da pesquisa declararam não se encontrar aptos a trabalhar com este alunado. A Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica reforçam as exigências que se impõem para o desempenho do papel docente frente as novas concepções de educação do mundo contemporâneo:

- Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- Responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos;
- Assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- Incentivar atividades de enriquecimento curricular;
- Elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
- Utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio;
- Desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (MEC, 2000, p. 05).

Existe o consenso entre os entrevistados de que a demanda de alunos com algum grau de deficiência no ensino regular vem aumentando ao longo dos tempos. Isso implica em um novo paradigma, que segundo Prieto, se constitui:

(...) pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino (PRIETO, 2006, p. 40)

Com relação as formações continuadas no que tange a inclusão ofertadas pela rede municipal de Curitiba, elucidou-se ao analisar os resultados obtidos, que são pouco ofertadas e que estas pouco auxiliam para o cotidiano dentro das instituições de ensino. Das 9 entrevistadas, 5 docentes afirmaram já ter participado de formações relacionadas a inclusão ofertadas pela rede municipal de Curitiba, dentre as respostas destaca-se a da professora A: "Nunca participei, em 23 anos de serviço ouvi pouco se falar em cursos na área de inclusão, agora recentemente que começou a se ofertar e se falar mais sobre isso".

Já a professora "B", revela que participou de uma formação voltada ao desenvolvimento do trabalho com a educação inclusiva, mas que esta não ajudou em seu cotidiano na sala de aula: "Na prática não me ajudou em nada, falam muito na teoria, mas não nos ensinam como trabalhar com os alunos na prática, quais metodologias usar, enfim, não nos ensinam a como desenvolver um trabalho no dia-a-dia com estes alunos". De acordo com Prieto, (2006, p. 57): "a formação continuada de docentes é um compromisso dos sistemas de ensino que estejam comprometidos com a sua qualidade". Ainda segundo a autora os professores devem estar capacitados para:

(...) analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como (...) elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seus planejamento e aprimorar o atendimento aos alunos (PRIETO, 2006, p. 58).

Quando questionados sobre qual a importância atribuída ao trabalho do professor em sala de aula para assegurar que os alunos de inclusão sejam de fato incluídos e não sejam apenas mais um número em sala de aula, a unanimidade mais uma vez se fez presente entre os sujeitos da pesquisa, 100%

dos docentes concorda que o trabalho do professor é a peça chave para que o aluno de inclusão seja de fato incluído ao ensino regular. Para Mantoan:

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120)

Faz-se oportuno ressaltar aqui a resposta da professora C:

"O professor é o principal responsável pelo aprendizado e pelas experiências proporcionadas aos alunos de inclusão, mas infelizmente na realidade do nosso dia a dia não temos formação para atender os alunos de inclusão que estão chegando, principalmente cursos e mais ainda: precisamos urgente de profissionais que realmente se dediquem ao trabalho inclusivo ou infelizmente o destino desses alunos não mudará. Vemos em nosso meio poucos profissionais da educação que lutam pela causa, para que se atenda a estes alunos com todo carinho, amor, dedicação e respeito que toda criança merece ter" (PROFESSORA C).

Quanto a observação do contexto escolar do CMEI, constatou-se que o espaço físico do local não possui estrutura adequada para que possa receber alunos advindos de inclusão. Notou-se o esforço por parte da comunidade escolar para acolher e atender os casos de inclusão existentes, porém as ações são limitadas pela falta de conhecimento e formação dos docentes para atender suas especificidades. Nesse sentido, Mantoan afirma que as escolas devem se prepara para a missão inclusiva:

Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais, a meu ver, são:

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos;
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania;
- Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência;
- Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções (MANTOAN, 2003, p. 33).

Sobre o trabalho desenvolvido em sala, percebeu-se a ausência de metodologias específicas que contemplem o atendimento as crianças de inclusão. Além disso, as docentes não contam com o auxílio do profissional de apoio, que por lei é assegurado aos alunos de inclusão que necessitam. Neste sentido, Mantoan (2003, p. 70) esclarece que: "As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça". Mesmo com todas as dificuldades e percalços encontrados no cotidiano ao se trabalhar com a inclusão, os docentes não devem se deixar abater, seguindo firmes na busca pela educação de qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que o número de alunos com necessidades especiais que passaram a frequentar o ensino comum de fato vêm aumentando e a tendência é que a demanda proveniente dos processos de inclusão continue a crescer. Neste sentido, identifica-se então a importância da formação docente na efetivação da inclusão escolar, pois esta pode ajudar os docentes a compreender melhor o trabalho a ser desenvolvido com alunos oriundos dos processos de inclusão, favorecendo a busca pelas melhores metodologias que atendam as necessidades educacionais desse alunado, objetivando um ensino equiparado com os alunos que frequentam o ensino regular.

Nessa perspectiva, fica claro que a formação docente é sem dúvida o melhor caminho para que se possa oferecer uma educação equiparada e de qualidade a todos os alunos, independentemente de sua condição.

Nota-se que a comunidade escolar pesquisada apresenta consciência sobre a importância atribuída ao papel dos professores para que a inclusão escolar se efetive na prática cotidiana, porém o processo de inclusão no CMEI pesquisado e observado caminha a passos lentos e de forma precária. Foi constatado que embora os docentes tenham consciência acerca da importância de sua formação para que os processos de inclusão se concretizem na prática, não se sentem aptos para realizar o trabalho com este alunado específico. Por

meio da observação do contexto escolar do CMEI, conclui-se que a unidade não dispõe de espaço físico adequado para acolher demandas oriundas dos processos inclusivos e não conta com o apoio de profissionais habilitados para auxiliar na trabalho com as crianças incluídas.

Com a análise dos dados referentes as formações ofertadas pela rede municipal de Curitiba no que tange a inclusão, ficou evidente que são pouco ofertadas, que nem todos os docentes tem acesso a estas formações, e ainda que os profissionais que participaram em algum momento destas formações consideraram-nas insuficientes para satisfazer seus anseios e necessidades, pois estas não relacionam os conteúdos aplicados a prática cotidiana e nem as dificuldades por eles enfrentadas ao desenvolver o trabalho com a inclusão.

REFERÊNCIAS

_____. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas nas áreas das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: Acesso em: 29 nov 2019.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas**. In GOÉS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Políticas e práticas de educação inclusiva. 2 ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

Leis que amparam a educação especial - Capítulo da LBD sobre a Educação Especial. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/192/como-a-legislacao-assegura-a-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia>>. Acesso em 19 Nov 2019

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P. (org). **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. 2. ed. rev. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** (Coleção cotidiano escolar). Ed. Moderna, São Paulo, 2003.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: ARANTES, V. A. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

Revista Ensaios Pedagógicos, v.9, n.2, Jul/dez 2019. ISSN – 2175-1773
Curso de Pedagogia UniOpet

Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>>. Acesso em: 23 Nov 2019